Revista Eletrônica Acervo Saúde



Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Avaliação do desenvolvimento biopsíquico de crianças sob tutela

Evaluation of the biopsychic development of children under guardianship

Evaluación del desarrollo biopsíquico de niños bajo tutela

Gabriela Arantes Araujo¹, Geovanna Camargo Salazar¹, Karoline Mariane Julião¹, Rafael Jabbar¹, Rafaella Lorrayne Aquino Neto¹, Pedro Humberto Rassi de Mendonça¹, Marluce Martins Machado da Silveira¹, Juliane Macedo¹.

RESUMO

Objetivo: Avaliar se a condição de tutela afeta o desenvolvimento físico e/ou psicoemocional em crianças em um município do estado de Goiás. **Métodos:** Trata-se de estudo transversal e descritivo, conduzido com 7 participantes, de ambos os sexos, idade de 5 a 10 anos, residentes em orfanatos da cidade. Os dados físicos das crianças foram coletados e analisados através das curvas de estatura e peso em relação à idade e Índice de Massa Corporal (IMC) em relação à idade. Para a avaliação do desenvolvimento psíquico, houve a aplicação da Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** A amostra, com média de idade de 7,9 ± 1,4 anos, apresentou maioria masculina (57,1%). Com relação aos dados físicos, 72% apresentaram altura adequada para idade, 86% peso adequado para idade e 57% sobrepeso e obesidade. Os dados psicológicos revelaram aumento dos parâmetros extroversão e neuroticismo, redução do psicoticismo e normalidade na sociabilidade. **Conclusão:** Conclui-se que crianças sob tutela em Anápolis-GO apresentam alterações do desenvolvimento físico e/ou psicoemocional.

Palavras-chave: Comportamento, Desenvolvimento infantil, Peso-Estatura.

ABSTRACT

Objective: To assess whether the guardianship condition affects the physical and/or psycho-emotional development of children in the city of Anápolis-GO. **Methods**: This is a cross-sectional and descriptive study, conducted with 7 participants, of both sexes, aged between 5 and 10 years, living in orphanages in the city of Anápolis-GO. The children's physical data were collected and analyzed through the curves of height and weight in relation to age and Body Mass Index (BMI) in relation to age. For the assessment of psychic development, the Personality Traits Scale for Children (ETPC) was applied. The study was approved by the Research Ethics Committee. **Results**: The sample, with a mean age of 7.9 ± 1.4 years, was mostly male (57.1%). Regarding physical data, 72% had adequate height for their age, 86% had adequate weight for their age and 57% were overweight and obese. Psychological data revealed an increase in extroversion and neuroticism parameters, a reduction in psychoticism and normality in sociability. **Conclusion**: It is concluded that children under guardianship in Anápolis-GO show changes in physical and/or psycho-emotional development.

Keywords: Behavior, Child development, Weight-Height.

¹ Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), Anápolis – GO.

SUBMETIDO EM: 1/2023 | ACEITO EM: 2/2023 | PUBLICADO EM: 4/2023

REAS | Vol. 23(4) | DOI: https://doi.org/10.25248/REAS.e11996.2023

Página 1 de 9



RESUMEN

Objetivo: Evaluar si la condición de tutela afecta el desarrollo físico y/o psicoemocional de los niños del municipio de Anápolis-GO. **Métodos:** Se trata de un estudio transversal y descriptivo, realizado con 7 participantes, de ambos sexos, con edades entre 5 y 10 años, residentes en orfanatos de la ciudad de Anápolis-GO. Los datos físicos de los niños fueron recolectados y analizados a través de las curvas de talla y peso en relación a la edad e Índice de Masa Corporal (IMC) en relación a la edad. Para la evaluación del desarrollo psíquico se aplicó la Escala de Rasgos de Personalidad para Niños (ETPC). El estudio fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación. **Resultados:** La muestra, con una edad media de 7,9 ± 1,4 años, fue mayoritariamente masculina (57,1%). En cuanto a los datos físicos, el 72% presentaba talla adecuada para su edad, el 86% peso adecuado para su edad y el 57% presentaba sobrepeso y obesidad. Los datos psicológicos revelaron un aumento en los parámetros de extroversión y neuroticismo, una reducción en el psicoticismo y normalidad en la sociabilidad. **Conclusión:** Se concluye que los niños bajo tutela en Anápolis-GO presentan alteraciones en el desarrollo físico y/o psicoemocional.

Palabras clave: Comportamiento, Desarrollo infantil, Peso-Talla.

INTRODUÇÃO

A carta de Ottawa de 1986 descreve a saúde como um recurso para a vida, em que os indivíduos devem visar um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Através dessa visão, a saúde é vista por um contexto muito maior do que simplesmente alterações orgânicas do corpo físico, ressaltando que existe a interferência de determinantes sociais. Assim, uma vez que a infância é um período importante da vida, as experiências positivas e negativas dessa etapa refletirão no indivíduo adulto; crianças institucionalizadas apresentam dificuldades consideráveis para manter seu bem-estar tanto físico quanto psicológico (BÓRIO TC, et al., 2020).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, foi instituído para garantir a segurança e a efetivação de direitos à vida, conferindo amplo acesso das crianças e adolescentes à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e ao respeito. Em caso de violação dos direitos acima referidos, uma das ações do poder público é a medida protética de institucionalizar essa criança ou adolescente (DINIZ IA, et al., 2018).

Diante disso, é nítido que o processo de desenvolvimento da criança é amplo e depende não só de fatores genéticos e ambientais, mas também de fatores afetivos. A afetividade é definida de acordo com minidicionário da língua portuguesa como "qualidade do que é afetivo; afeição; carinho", e de acordo com a teoria da psicogenética o afeto inclui diversos parâmetros, entre eles sentimentos, valores culturais, interesse pessoal; e apresenta intrínseca relação com o desenvolvimento intelectual e social. Uma vez que o comportamento de um indivíduo se baseia tanto em aspecto cognitivo como também afetivo, visto que a afetividade é um fator determinante na escolha de objetos, ações e lugares para que a atividade intelectual se concretize (DINIZ IA, et al., 2018).

A relação familiar é a primeira que surge na vida da criança e, consequentemente, corresponde ao fator social de grande proeminência no desenvolvimento infantil. Ainda na fase uterina, o feto já está se inserindo em um contexto familiar no qual será desejado ou não. Desse modo, a maneira como a criança será recebida pelos adultos, após o nascimento, vai influenciar sua forma de interagir com o mundo.

A partir desse ponto, começam as introjeções e as crianças adquirem ensinamentos, conceitos e vivências que vão moldá-las como ser humano. No entanto, pela tenra idade, ainda não são capazes de filtrar tudo que nelas são internalizados e, nesse caso, até o que pensam a seu respeito pode ser extremamente valorizado. Dessa maneira, as crianças abrigadas, que foram rejeitadas ainda na gestação, não se sentem merecedoras de amor e se comportam a fim de serem rejeitadas pelos outros.

Portanto, as relações estabelecidas dentro de uma família, positivas ou negativas, contribuem para o delineamento comportamental das crianças (SOUZA, 2018).



O fato de a criança ter que se desvincular do seu ambiente familiar para uma instituição de acolhimento, exige um processo de adaptação a uma nova experiência de vida podendo causar alterações emocionais como pode ser observada por Gabatz RIB, et al., 2019.

Diante desse novo cenário algumas considerações devem ser observadas, como os efeitos da rejeição, da submissão de situações estressantes constantes na infância, da ausência da figura de apego, da falta de contingência e estímulos diante das necessidades da criança, do distanciamento afetivo, da baixa autoestima e das relações sociais enfraquecidas. Esses fatores compõem determinantes que podem comprometer o desenvolvimento físico diante do que se entende como saúde, deixando nítido que o processo de desenvolvimento infantil é amplo e depende não só de fatores genéticos e ambientais, mas também de fatores afetivos.

Além disso, situações estressantes nas quais as crianças são submetidas podem alterar o processo de crescimento, fortalecimento de músculos e ossos e o padrão hormonal (RAMALHAIS TR, et al., 2020).

Dessa forma, as instituições que abrigam crianças devem funcionar como sólidas redes de apoio, nas quais precisam cumprir o desafio de oferecer não apenas uma estrutura física, como também propiciar um ambiente em que as crianças sejam capazes de desenvolver a socioafetividade, além de criar um sentimento de pertencimento a uma família Bório TC, et al. (2020).

Perante o prejuízo existente entre a relação de afetividade e desenvolvimento psíquico e físico dessas crianças e adolescentes por Ramalhais TR, et al. (2020), é importante disponibilizar dados às instituições de abrigo, ao Estado e a sociedade para que se possa criar medidas eficazes para minimizar esses prejuízos, caso encontrado, ou demonstrar que o cuidado atual está sendo ofertado de forma a gerar boas relações sociais e um bom desenvolvimento dessa criança. Dessa forma, nosso objetivo é avaliar se a condição de tutela afeta o desenvolvimento físico e/ou psicoemocional das crianças de um município do estado de Goiás.

MÉTODOS

O estudo em questão é do modelo transversal e descritivo feito com o intuito de avaliar a presença de alterações do desenvolvimento físico e psicológico de crianças que vivem sob tutela institucional em uma cidade do interior de Goiás. A população estudada foi formada por crianças na faixa etária de 5 a 10 anos, de duas instituições do município. A amostra que se adequou aos critérios de inclusão, idade entre 5 a 10 anos, de ambos os sexos e sob tutela estadual totalizaram 7 crianças, sendo 3 crianças da instituição A e 4 crianças da instituição B.

A coleta de dados foi dividida em três etapas: A primeira delas consistiu na Familiarização da equipe de pesquisadores com os participantes e instituições coparticipantes a partir de dinâmicas e um lanche coletivo; logo após, procedeu-se à coleta de dados referente ao desenvolvimento físico, sendo avaliado a altura a partir do uso de adesivo régua de parede, peso por meio de uma balança digital e o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) após a coleta das variáveis anteriormente descritas.

Por fim, na última etapa avaliou-se o desenvolvimento psicológico, a partir da aplicação do questionário "Escala de Traços de Personalidade para Crianças" (ETPC). O instrumento é composto por 30 assertivas, em que as respostas possíveis são "sim" ou "não" e a partir delas é possível avaliar 4 variáveis: o neuroticismo, o psicoticismo, a extroversão e a sociabilidade.

A análise dos dados antropométricos foi realizada a partir da comparação às curvas de referência altura para idade e IMC para idade, e os resultados dispostos em uma planilha. Já os dados obtidos a partir do ETPC foram corrigidos seguindo as instruções contidas no manual do instrumento, e posteriormente anexados em uma planilha.

Os aspectos éticos respeitam as orientações da resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e a pesquisa apenas teve início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA), no dia 11 de março de 2021, sob número do Parecer: 4.646.608



e CAAE: 40210620.2.0000.5076. Todas as medidas éticas para proteger a privacidade dos participantes foram tomadas e garantidas pela assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

RESULTADOS

Na avaliação do desenvolvimento físico, 57,1% das crianças são do sexo masculino e 42,8% do sexo feminino, com média etária igual a 7,9 anos de idade. Já a avaliação do desenvolvimento psicológico foi reduzida para 6 crianças em razão de um déficit no desenvolvimento psicomotor, dificuldade de comunicação e não colaboração de um dos participantes, sendo 50% das crianças do sexo feminino e 50% do sexo masculino e idade média de 7,7 anos.

Os participantes foram comparados de acordo com a média e desvio padrão das seguintes variáveis com os respectivos resultados: idade 7,9 anos, peso 28,9 kg, estatura 1,30 m e IMC 17,4kg/m² (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Visão geral dos participantes da pesquisa (n=7).

| | Idade (anos) | Peso (kg) | Estatura (m) | IMC (Kg/m²) |
|---------------|--------------|-----------|--------------|-------------|
| Média | 7,9 | 28,9 | 1,3 | 17,4 |
| Desvio padrão | 1,4 | 5,0 | 0,07 | 2,0 |

Fonte: Araujo GA et al., 2023.

A curva de estatura x idade do Ministério da Saúde evidenciou que, 72% dos participantes apresentam uma altura adequada, sendo que dois dos participantes apresentaram a mesma altura. Dos outros 28%, metade encontra-se acima do percentil 90 e a outra metade encontra-se abaixo do percentil 10, com uma estatura inferior a esperada para a idade.

A outra curva avaliada representa a curva peso x idade; na amostra obtida, 86% apresentam peso adequado para a idade, de acordo com a *World Health Organization* (2007). Apenas 14% encontram-se um pouco acima do percentil 90, com peso elevado.

Por fim, a curva de IMC x idade é realizada através de um cálculo feito entre o peso e o quadrado da altura; após a análise dessas curvas de crescimento, notou-se que, no sexo feminino, 67% das participantes encontram-se entre os percentis 85 e 97, que corresponde ao Z-score +1 e +2, sendo, portanto, consideradas com sobrepeso e os outros 33% com obesidade, estando entre o percentil 97 e 99,9, de acordo com a World Health Organization (2007).

Com relação ao sexo masculino 75% dos participantes encontram-se entre os percentis 3 e 85, sendo, portanto, eutróficos. Os outros 25%podem ser considerados com sobrepeso, por enquadrar-se entre os percentis 85 e 97. Sendo assim, 57% dos participantes encontram-se, no presente momento do estudo, com sobrepeso ou obesidade e os outros 43% estão eutróficos.

O desenvolvimento psicológico da amostra foi avaliado a partir da Escala de Traços de Personalidade para Crianças (ETPC), dispositivo composto por 4 critérios: extroversão, neuroticismo, psicoticismo e sociabilidade. A aplicação do questionário referente ao desenvolvimento psicológico foi inviabilizada em uma das crianças por conta da irresponsividade e dificuldade de comunicação dela, mas este aspecto não interferiu nos dados obtidos.

Diante os números é possível dizer que no critério extroversão, 83,3% dos participantes se apresentam eufóricos, animados e abertos a relações interpessoais (**Figura 1**).

Em relação ao tópico neuroticismo, é evidente a maior prevalência de labilidade emocional, presente em 83,3% dos participantes avaliados (**Figura 1**).

Ao se referir ao psicoticismo, as baixas pontuações indicam traços de personalidades sensíveis e empáticas, que por sinal é o resultado mais representativo do critério, presente em 66,6% dos participantes (**Figura 1**).



No que diz respeito à sociabilidade, um resultado significativo foi a percepção de que 16,7% das crianças avaliadas denotam condutas antissociais, e a minoria das crianças apresentam resultados mensuráveis, inferindo a presença comportamento adequado para o convívio em sociedade (Figura 1).

Figura 1 - Representação gráfica dos resultados referentes ao desenvolvimento psicológico.



Gráfico 1 – Análise gráfica do critério Extroversão

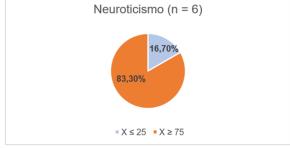


Gráfico 2 – Análise gráfica do critério Neuroticismo

33,30%

Sociabilidade (n = 6)

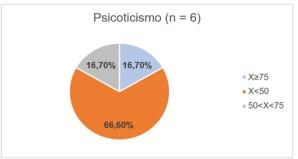


Gráfico 3 - Análise gráfica do critério Psicoticismo

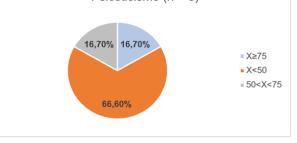


Gráfico 4 - Análise gráfica do critério Sociabilidade

X<25</p>
25<X<75</p>
X<75</p>

Fonte: Araujo GA, et al., 2023.

DISCUSSÃO

O desenvolvimento da criança abrange diversos aspectos que se complementam. Desse modo, de acordo com Behrman RE, et al. (2009), há uma combinação de fatores biológico, psicológico e social que juntos influenciam todo o processo de desenvolvimento infantil. Diante disso, ao invés de uma avaliação estritamente biomédica, deve se incluir o contexto no qual o indivíduo está inserido, elencando o ambiente e as relações sociais como determinantes do processo em questão.

Com os resultados obtidos na pesquisa, foi possível observar que mais da metade das crianças apresentam sobrepeso ou obesidade; em relação à altura foi identificado que há uma criança com estatura abaixo do esperado, o que pode indicar um déficit na qualidade de vida dessa criança. Porém, grande parte delas possuem uma altura adequada para a idade.

No presente estudo a avaliação do desenvolvimento físico infantil foi realizada por meio de parâmetros como altura, peso e sua relação pelo Índice de Massa Corporal (IMC), nos dados obtidos, a maioria das crianças participantes da pesquisa apresentam altura adequada e semelhante à porcentagem encontrada por Chaves CMP, et al. (2013) cujo valor foi de 72,7%. No entanto, outros estudos realizados por Santos DM (2017) cuja amostra total de crianças apresentou-se dentro dos limites de altura, a pesquisa apresenta porcentagem inferior. O fato de uma criança da pesquisa apresentar estatura abaixo da esperada, representa alerta para um quadro de desnutrição como pode ser observado em estudo realizado por Chagas JE e Debortoli CC (2019). Os dados acima reforçam que as crianças institucionalizadas, na maioria, atingem estatura dentro do padrão esperado.

Uma vez considerado de extrema relevância o estado nutricional de uma criança para o seu desenvolvimento saudável, a institucionalização da criança pode influenciar sua nutrição. Desse modo, a pesquisa evidencia sobrepeso e obesidade na maioria das crianças participantes da pesquisa. Ao analisar



outros estudos, Araujo MA, et al. (2017) também identificaram nas instituições de acolhimento, crianças obesas e com sobrepeso (36%) em estudo realizado no estado do Paraná, assim como DeLacey E, et al. (2020) encontraram uma variação de 10% a 32% de excesso de peso em crianças.

Ainda em relação ao índice de massa corporal, parâmetro necessário para avaliar distúrbios nutricionais, a pesquisa não identificou crianças em estado de magreza ou magreza acentuada. No entanto, essa realidade encontra-se destoante dos achados por Corvello BS e Etges BI (2019) que identificaram taxas correspondentes para magreza ou magreza acentuada em cerca de 63%. Esses mesmos autores contabilizaram 9,1% eutróficos, porcentagem consideravelmente inferior a encontrada no presente estudo. Essa diferença evidencia que a institucionalização pode resultar na deficiência nutricional, assim como é possível manter as crianças eutróficas ou mesmo com sobrepeso, mesmo sob os cuidados institucionais.

Diante desses achados, a identificação de sobrepeso e obesidade na maioria das crianças pode estar relacionada a alimentação ofertada. Dentre os fatores que corroboram para a obesidade na infância, Santos DM (2017), elenca o consumo de alimentos ultraprocessados e hipercalóricos, assim como o sedentarismo. Dessa forma, a identificação desses hábitos pode prenunciar a obesidade como identificado por Landim LASR et al. (2020) em estudo realizado com escolares da rede pública com a mesma faixa etária dessa pesquisa que evidenciou consumo excessivo de gorduras e carboidratos além de produtos escassos em vitaminas e nutrientes.

É pertinente ponderar os aspectos relacionados a baixa estatura embora a porcentagem encontrada na pesquisa seja pequena, uma vez que traz informações importantes quanto ao desenvolvimento das crianças institucionalizadas. De acordo com Both LM e Benetti SPC (2017), o uso de substâncias psicoativas como o crack pelos pais é considerado a principal causa de institucionalização infantil.

Dentre os seus efeitos quando usado na gestação podem ser identificados o baixo peso ao nascer e o menor tempo de amamentação que comprometem a evolução da criança resultando em maiores chances de crianças estarem com estatura abaixo da média. Outro estudo realizado com crianças escolares de rede pública por Bernardi L, et al. (2018) destaca que a baixa estatura para a idade representa o reflexo de fatores como deficiências nutricionais por longo período, o ambiente e condições socioeconômicas. Depreende-se também, de acordo com o autor supracitado, que nos países em desenvolvimento, esse déficit de estatura é considerado um problema de saúde pública cuja consequência a longo prazo consiste em doenças crônicas e menor produtividade econômica no futuro, o que corrobora com a presente pesquisa realizada no Brasil.

Diante do exposto acima, pode-se afirmar que uma porcentagem das crianças institucionalizadas pode apresentar índice de massa corporal elevados, o que leva a considerar uma reavaliação alimentar implementada nessas instituições, bem como os diferentes fatores que interferem no estado nutricional dessas crianças, carecem de estudos que avaliem o contexto de cada realidade.

Quanto às influências psicológicas deve se destacar o vínculo como fator essencial. Isso porque ao nascer o bebê não tem condições de sobreviver sozinho, sem o auxílio de um adulto para que se desenvolva fisicamente e emocionalmente de forma segura. Essa questão é levantada por Espírito Santo CSO e Araújo MAN (2016) que ressalta a importância de uma figura constante, sendo essa a própria mãe, ou uma pessoa substituta na função de cuidador, no processo de desenvolvimento do bebê. Depreende-se que a relevância da presença dessa figura corresponde a uma relação afetiva saudável para a criança e ao mesmo tempo contribui para a sua fase adulta já que terá uma visão mais positiva da realidade em que vive, além de favorecer vínculos afetivos.

Entretanto, um grande desafio desse processo é garantir à criança um desenvolvimento físico e emocional adequado, visto que muitas instituições que funcionam como abrigo apresentam problemas relacionados a um número insuficiente de trabalhadores, comunicação deficiente, dificuldade financeira (SIQUEIRA; DELL´AGLIO, 2006). Mais do que isso, é necessário que os cuidadores desses abrigos compreendam que o cuidado vai muito além de proporcionar alimentação, higiene e atividades recreativas, é preciso que cada gesto seja expresso de modo a reafirmar o valor e a dignidade de cada criança ali presente, visto que muitas ali já foram vítimas de violência pelos seus próprios familiares (BÓRIO et al., 2020).



Em relação ao aspecto psicológico foi evidenciado que os participantes apresentaram, em sua maioria, impulsividade e constante preocupação acompanhada de ansiedade e alta labilidade emocional, ambos aspectos avaliados pelo quesito extroversão e neuroticismo e resultado adequado dentro da sociabilidade e emotividade (positivismo).

Na avaliação da impulsividade, a amostra estudada apresenta valores elevados, todos os participantes do sexo masculino possuem essa característica elevada, o que representa crianças com perfil impulsivo, agressivo, mas também espontâneo e aberto às relações interpessoais. No entanto, os dados da pesquisa de Simões NC e De Castro PF (2018), não indicaram diferenças quanto ao sexo. Esse fator corrobora com achados na literatura, em que Simões NC e De Castro PF (2018) apresentou dados convergentes no quesito impulsividade elevada em crianças mais velhas, com 9 e 10 anos quando comparado aos achados das crianças de 8 anos, o qual condiz com os encontrados nesta pesquisa.

Na análise da dimensão labilidade emocional (neuroticismo), a maioria dos participantes obtiveram valor elevado nesta categoria. De acordo com Bartholomeu D (2005), esse resultado indica predisposição dessas crianças a apresentarem problemas de ordem emocional.

Nessa perspectiva, outro aspecto que merece ser destacado, são as alterações físicas e emocionais presente principalmente no período inicial de sua estadia na instituição. Segundo, Cavalcante LIC, et al. (2009) evidenciaram, a adaptação é um processo estressante que envolve alterações no humor, sono, apetite e concentração das crianças, além de episódios de choro intenso e/ou contínuo, comportamento agressivo, retraimento social e/ou timidez excessiva. O comprometimento das relações interpessoais é mencionado em diversos trabalhos, essencialmente pelo medo que essas crianças desenvolvem, devido às experiências negativas do passado de abandono, que possuem dificuldade em confiar novamente (PARRA; OLIVEIRA; MATURAMA, 2019).

Quanto a emocionalidade (Psicoticismo) a maioria das crianças estão dentro do adequado e esperado, sendo que essa característica foi identificada nos participantes mais jovens. Sendo assim, o presente estudo as crianças da pesquisa revelaram maior sensibilidade e capacidade em lidar com emoções.

A maioria das crianças apresentaram índices adequados de sociabilidade, porém é importante ressaltar que, uma minoria dos participantes da pesquisa indicou conduta antissocial. Nesse sentido, Santos BCA, et al. (2010) também identificou valores de socialização semelhantes em seu estudo.

Como nos aspectos psicoemocionais foram predominantemente altos, com alto nível de impulsividade, preocupação e ansiedade, enquanto os aspectos de labilidade emocional e habilidade social se apresentaram relativamente abaixo do esperado para indivíduos da idade entre 5 e 10 anos.

Diante disso, deve-se considerar a hipótese da presença de uma rede de apoio além dos funcionários da instituição, composta também com a participação ativa de professores ou colegas das creches e escolas que elas frequentam, bem como os voluntários que visitam a instituição. Segundo Alexandre DT e Vieira ML (2004) como fator de proteção, é essencial o estabelecimento de laço emocional e social, que estimule um desenvolvimento adequado.

A criança precisa de um relacionamento afetivo eficaz para aperfeiçoar sua relação com o mundo à sua volta. Dessa maneira, se uma criança não tem amparo e passa por situações de insegurança, isso pode cooperar para que ela tenha uma vida afetiva difícil. Por outro lado, quando há segurança e conforto há uma melhor adaptação nas relações sociais e uma melhor construção da própria autoestima (TEODORO, 2013).

Visto isso, a existência de lares conflituosos e repletos de violência, ou de diversos outros contratempos, é um fator de extrema importância que deve ser levado em consideração ao analisar o desenvolvimento infantil, demonstrando, claramente, a relevância do âmbito familiar nesse processo, e da responsabilidade das instituições ao acolher uma criança. Por fim, a pesquisa apresenta uma importância no âmbito social, uma vez que são escassos os dados sobre o tema na literatura publicada nos últimos anos. Além disso, outro ponto favorável do trabalho foi que todas as crianças de Anápolis que encaixavam nos critérios de inclusão foram avaliadas, se tratando de um estudo populacional. Mas como ponto crítico da pesquisa foram a perda



de alguns participantes, que saíram das instituições de tutela devido aos transtornos causados pela COVID-19.

CONCLUSÃO

Conclui-se que existem alterações no desenvolvimento físico e/ou psicoemocional nas crianças sob situação de tutela participantes da pesquisa. No desenvolvimento físico, existe disfuncional da nutrição dos componentes da amostra, ao apresentar sobrepeso e obesidade, além de existir estatura inferior a esperada para a idade. Em relação ao desenvolvimento psicoemocional, observou-se distúrbios de comportamento, com prevalência de labilidade emocional, evidenciada pelo item neuroticismo, além de condutas antissociais. Em vista disso, o estudo traz dados das instituições de tutela que podem auxiliar o sistema público de saúde para direcionar recursos financeiros e profissionais na área da nutrição, da educação física e da psicologia para reverter a realidade desses locais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às instituições coparticipantes do município, assim como todos os seus funcionários e residentes pela cooperação e hospitalidade impecáveis. Por fim, desejamos agradecer pela paciência, tutoria e oportunidade que nos foi oferecida por anos pela Universidade Unievangélica, especialmente pela equipe de iniciação científica, todo conhecimento e empenho de vocês foram fundamentais na produção e finalização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- 1. ALEXANDRE DT, VIEIRA ML. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. Psicol. estud., 2004; 9(2): 207-217.
- 2. ALMÉIDA C, et al. Práticas na Comunidade II: uma Experiência com Crianças Residentes num Abrigo. Conecte-se Revista Interdisciplinar de Extensão, 2018; 2: 155-159
- 3. ALVARENGA P, et al. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 2016; 18(1): 4-21.
- 4. ARAUJO MA, et al. Perfil nutricional de crianças de uma instituição de acolhimento em Curitiba/PR. Anais do EVINCI –UniBrasil, 2017; 3(1): 255-255.
- 5. BARTHOLOMEU D. Traços de personalidade e características emocionais de crianças. PSIC Revista de Psicologia da Vetor Editora, 2005; 6(2): 11-21.
- 6. BEHRMAN RE, et al. Nelson Tratado de Pediatria, 18 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.
- 7. BERNARDI L, et al. Prevalência e fatores associados à baixa estatura por idade em escolares. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, 2018; 12(70): 165-174.
- 8. BÓRIO TC, et al. Institucionalização Infantil: Revisão Acerca da Interação dos Cuidadores com a Criança. Brazilian Journal of Health Review, 2020; 3(1): 626-643.
- BOTH LM, BENETTI SPC. As representações parentais em crianças institucionalizadas filhas de usuária de crack. Estudos e pesquisas em Psicologia, 2017; 17(1): 277-305.
- 10. CAVALCANTE LIC, et al. Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. Ciênc. saúde coletiva, 2009; 14(2): 615-625.
- 11. CHAGAS JE, DEBORTOLI CC. Prevalência de desnutrição e consumo alimentar em escolares de uma escola municipal de Joinville-SC. Revista de Atenção à Saúde, 2019; 17(62): 59-70.
- 12. CHAVES CMP, et al. Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. Revista Brasileira de Enfermagem, 2013; 66(5): 668-674.
- 13. CORREA W, et al. Família como promotora do desenvolvimento de crianças que apresentam atrasos. Pensando Famílias, 2018; 22(1): 44-58.
- 14. CORVELLO VS, ETGES BI. Avaliação nutricional de crianças e adolescentes institucionalizados. Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde, 2019; 2(4): 171-178.
- 15. COSTA MHP, LIMA E. A Influência da Família e da Escola no Processo do Desenvolvimento Infantil. Revista Argamassa, 2018; 1(3): 46-55.
- 16. DADALTO JG, et al. Não é uma simples conversa: Percepção do neonatologista sobre o vínculo mãebebê. Contextos clínicos, 2019; 12(3): 881-901.



- 17. DELACEY E, et al. The nutritional status of children living within institutionalized care: a systematic review. PeerJ, 2020; 8: 1-36.
- DINIZ IA, et al. Crianças Institucionalizadas: um Olhar para o Desenvolvimento Socioafetivo. Pretextos Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, 2018; 3(5): 261-285.
- 19. EICKMANN SH, et al. Evaluation of child development: beyond theneuromotor aspect. Jornal de Pediatria, 2016; 92: 71-83.
- ESPÍRITO SANTO CSO, ARAÚJO MAN. Vínculo afetivo materno. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 2016; 5(1): 65-73.
- 21. GABATZ RIB, et al. Experiências de cuidado da criança institucionalizada: o lado oculto do trabalho. Revista Gaúcha de Enfermagem, 2019; 40: 1-10.
- 22. JOHNSON DA, et al. Caregiving Disruptions Affect Growth and Pubertal Development in Early Adolescence in Institutionalized and Fostered Romanian Children: A Randomized Clinical Trial. The Journal of Pediatrics, 2018; 203(3): 345-353.
- 23. KAMATH SM, et al. Impact of Nutritional Status on Cognition in Institutionalized Orphans: A Pilot Study. Journal of Clinical and Diagnostic Research, 2017; 11(3): 1-4.
- 24. LANDIM LASR, et al. Avaliação nutricional, consumo alimentar e frequência de ultraprocessados em escolares da rede pública. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2020; 12(5): 1-8.
- 25. LIPPARD ETC, NEMEROFF CB. The Devastating Clinical Consequences of Child Abuse and Neglect: Increased Disease Vulnerability and Poor Treatment Response in Mood Disorders. The American Journal of Psychiatry, 2020; 177(1): 20-36.
- 26. MACAGNAN D, et al. Desenvolvimento motor em crianças institucionalizada no serviço de acolhimento em um município do Oeste Catarinense. Revista FisiSenectus, 2016; 4(2): 44-51.
- 27. MOURA EA, et.al. Os Planos Genéticos Do Desenvolvimento Humano: A Contribuição de Vigotski. Revista Ciências Humanas Educação e Desenvolvimento Humano UNITAU, 2016; 9(1): 106-114.
- 28. NAUMOVA OY, et al. Effects of early social deprivation on epigenetic statuses and adaptive behavior of young children: A study based on a cohort of institutionalized infants and toddlers. PLOS ONE, 2019; 14(3): 1-29.
- 29. NEMEROFF CB. Paradise Lost: The Neurobiological and Clinical Consequences of Child Abuse and Neglect. Neuron, 2016; 89(5): 892–909.
- 30. OSHRI A, et al. Impulsivity as a mechanism linking child abuse and neglect with substance use in adolescence and adulthood. Development and Psychopathology, 2018; 30(2): 417-435.
- 31. PARRA ACO, et al. O Paradoxo da Institucionalização Infantil: Proteção ou Risco? Psicologia em Revista, 2019; 25(1).
- 32. RAMALHAIS TR, et al. A importância da estimulação precoce na primeira infância com crianças institucionalizadas. Brazilian Journal of Development, 2020; 6(8): 55083-55096.
- 33. ROCHA SI. Da Institucionalização à Adoção: Escuta Ativa de Crianças em Situação de Acolhimento. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018; 114 p.
- 34. SANTOS BCA, et al. Características emocionais e traços de personalidade em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Boletim de Psicologia, 2010; 60(133): 139-152.
- 35. SANTOS DM. A alimentação escolar como estratégia de educação alimentar e nutricional: uma revisão da literatura. Trabalho de conclusão de curso (Curso de graduação em Nutrição). Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2017; 46 p.
- 36. SANTOS D, et al. Infância na casa de acolhimento no contexto prisional: um olhar sobre o crescimento e desenvolvimento. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 2018; 7(1): 20-26.
- 37. SIMOES NC, DE CASTRO PF. Avaliação psicológica em escolares: relação entre personalidade, autoconceito e habilidades sociais. Rev. Interinst. Psicol., 2018; 11(1): 26-44.
- 38. SIQUEIRA CA, DELL'AGLIO DD. O impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: uma Revisão de Literatura. Psicologia e Sociedade, 2006; 18(1).
- 39. SOUZA LV. A Influência da família no processo de desenvolvimento infantil: Uma reflexão à luz da Gestalt-Terapia. Revista IGT na Rede, 2018; 15(29): 265-280.
- 40. TANG A, et al. Catch-up growth, metabolic and cardiovascular risk in post- institutionalized Romanian adolescents. Pediatric Research, 2018; 84(6): 842-848.
- 41. TEODORO WLG. O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar. 1 ed. Uberlândia, 2013
- 42. WHO WORLD HEALTH ORGANIZATION. Growth reference data for 5-19 years. In: WHO reference 2007. WHO, 2007. Disponível em: https://www.who.int/growthref/en/.